



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0004164-23.2009.2.00.0000(200910000041644)**Requerente:** Conselho Nacional de Justiça**Interessado:** Banco do Brasil S.a.**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**Advogado(s):** MT004642 - Jorge Elias Nehme (INTERESSADO)

Trata-se de embargos de declaração formulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, conforme se verá adiante. O presente processo foi julgado pelo Plenário em 30.08.2012, com a seguinte conclusão:

Pelas razões acima expostas, julgo procedente o presente PCA, acolhendo a sugestão do Parecer do Controle Interno do CNJ, para declarar a nulidade do Contrato 003/09, nos termos da fundamentação, devendo a Administração do Tribunal realizar o processo de licitação dentro do prazo de 90 dias, mantendo, até o final do processo, os depósitos judiciais no Banco do Brasil. Ainda, recomendo ao Tribunal de Justiça de Alagoas que aparelhe-se com equipe técnica suficientemente preparada para lidar com as questões financeiras do Tribunal, de forma a evitar irregularidades como as apontadas acima.

Por fim, sugiro o encaminhamento de cópias deste acórdão e dos documentos destes autos à **Corregedoria Nacional de Justiça**, para a verificação de eventual responsabilidade disciplinar dos envolvidos, e ao Ministério Público estadual, para as providências cabíveis, em especial a verificação eventual de:

- dano ao erário, e conseqüente promoção de ação de ressarcimento contra os agentes do dano (CF, art. 37, §5º)
- responsabilidade por improbidade administrativa e penal.

Em 12.09, o Tribunal peticionou nos autos alegando haver omissão e obscuridade no acórdão (INF 39 e segs.), que não apreciou:

- o 1º termo aditivo ao Contrato n. 3/09;
- o contexto fático de crise econômica de 2008/2009;
- a possibilidade da anulação do contrato gerar mais prejuízos à pactuação econômica realizada;
- Defende que:
 - há doutrinadores nacionais que questionam a necessidade do procedimento licitatório no presente caso, em razão da possibilidade de análise da conveniência e oportunidade da situação.
 - O contrato 03/2009 foi devidamente antecedido de levantamento de propostas tanto à Caixa Econômica Federal quanto ao Banco do Brasil;
- A cognição superficial da ADI 3578 não é bastante para delimitar o que é licitação dispensável.
- Os percentuais praticados encontram consonância com a massa de depósitos de outros tribunais da mesma envergadura do TJ/AL.

- Requer ao CNJ que aprofunde faticamente a discussão deste processo, realizando levantamento dos percentuais aplicado em âmbito nacional, principalmente em relação aos tribunais do mesmo porte do TJ/AL.
- Em relação à **omissão do acórdão**, alega:

O que se vê, então, é o lançamento de interpretação restritiva quando a Constituição assim não dispõe, e quando inexiste qualquer precedente jurisprudencial que confirme a impropriedade da dispensa da licitação realizada e devidamente publicada. **Destarte, o acórdão produzido incide em omissão, que deve ser aclarada no presente momento.**

- **Refuta a configuração de improbidade administrativa em relação aos atos praticados pelos dirigentes do Tribunal, pela existência de boa-fé objetiva.**
- **Defende a necessidade de lei para a gestão de ativos;**
- **Concorda com a desnecessidade de cobrança de resíduo do Convenio de 2005.**

Requer, ao final, o recebimento dos embargos de declaração com efeitos infringentes, para que se faça juízo de retratação e se declare ‘insubsistente’ o presente PCA.

Proferi despacho determinando ao Tribunal requerido para que demonstrasse numericamente quais os possíveis prejuízos decorrentes da quebra do contrato n. 03/09, em 30 dias.

O tribunal prestou informações (INF91 e 93), que foram submetidas à análise técnica do Controle Interno, que se manifestou no seguinte sentido (INF94):

- O TJ celebrou um contrato de fornecimento de equipamentos e serviços travestido de um mecanismo pactual estranho a esse tipo de objeto, segundo o que prevê a Lei 8666/93, porque envolvia a remuneração devida pela instituição financeira que administrava os ativos de caixa do Tribunal, em triangulação indevida. Ademais, a remuneração foi antecipada, deixando os meses subsequentes, em que seria devida, ao desamparo.
- O contrato foi anulado pela decisão do CNJ, o que ensejou a abertura de processo licitatório autuado em 12.09.2011 com prazo máximo de tramitação de 3 meses.
- O Tribunal informou que BB ofereceu proposta de pagar R\$ 7.500.000,00 para manter as contas do tribunal pelo período de mais 5 anos, sem outra remuneração qualquer ao longo desse tempo, exceto pelos 0,11% sobre os depósitos judiciais, que subiria 0,01 ponto para 0,12%.
- O Edital de concorrência n. 001/2011 tem como objeto a contratação de instituição financeira oficial para administrar os depósitos judiciais e administrativos do Tribunal, além da concessão de espaço público para exploração de serviços bancários, abrangendo:
 - Depósitos judiciais;
 - Execuções fiscais do Município e do Estado;
 - Funjuris – Fundo de Modernização e Reparelhamento;
 - Pagamento de fornecedores;
 - Pagamento de magistrados e servidores – folha de pagamento.
- **O Tribunal alega que o prejuízo pela anulação do contrato com o BB será de pelo menos R\$ 3.000.000,00 ao ano, se considerados os 0,12% que remuneraria os depósitos judiciais;**
- Entretanto, informa o Controle Interno que a licitação do serviço de administração dos depósitos judiciais do Tribunal, englobando ativos judiciais e administrativos, **renderá no mínimo um montante de R\$ 800.000,00 ao mês ou R\$ 9.525.950,14 ao ano.**
- Ainda, que **não haverá prejuízo ao Tribunal requerido**, pois, em apenas em 9 meses, o Tribunal terá recebido a remuneração antecipada prometida pelo BB de R\$ 7.500.000,00, além do valor superior a 9.500.000,00 a cada ano de vigência do contrato, previsto para 60 meses.
- Entende que o Tribunal pretende ver aceita a proposta do BB, que representa inegável ganho econômico imediatista, ao argumento de necessitar pagar a empresa SOFTPLAN, responsável pela virtualização dos processos do tribunal, além da necessidade de realizar obras de implantação de novos fóruns no Estado.

- Embora o Tribunal esteja sem caixa, tal problema não pode ser resolvido em desatendimento das necessidades financeiras futuras. Ainda, há informação de que o montante de R\$ 7.500.000,00 negociado com BB corresponde exatamente aos gastos de virtualização a serem suportados pelo Tribunal.
- Entende que o Tribunal está tentando repetir prática já repelida pelo CNJ, pois significa vincular a efetiva remuneração devida pela instituição financeira detentora da disponibilidade de caixa do Tribunal ao custo da prestação de serviços de informática, que, no entanto, é realizado por outra empresa que não tem vinculação com o serviço a ser contratado com a instituição financeira. A decisão proferida neste PCA é explícita a respeito da ilegalidade dessa espécie de triangulação.
- Por esta razão, entende que o pacto que o tribunal pretende firmar é ilegal, e sugere que se mantenha o processo de licitação dos serviços a partir de parâmetro consistente em percentual remuneratório com base na média observada nos tribunais, que nunca é inferior a 0,22% ao mês.
- Alega que o Tribunal pretende que o CNJ aprofunde a discussão deste processo, sugerindo que seja feito levantamento dos percentuais aplicados em âmbito nacional, em relação aos tribunais do mesmo porte do TJ/AL.
- Menciona então a situação específica de 2 tribunais de maior porte que o TJ/AL (TJ/RJ e TJSC) e 1 outro tribunal de menor porte (TJ/TO), que trabalham com remunerações bem mais vantajosas.
- Relata que o Tribunal alega que o BB possui capilarização no interior do estado, sendo esta a razão para a contratação direta, em detrimento da Caixa Econômica Federal. Entretanto, não foram juntadas provas de tais alegações, e acrescenta que com a possibilidade de utilização dos correspondentes lotéricos, a alegação fica fragilizada.
- Por esta razão, sugere que o futuro contrato contenha cláusula que garanta aos interessados, em todas as comarcas do Estado, meios para o levantamento dos depósitos judiciais, bem como para que se efetuem os depósitos na instituição financeira contratada ou, no caso de falta de agência própria, em postos de atendimento a ela conveniados.
- Assinala que há ainda outros bancos que poderiam participar da licitação, como o Banco Nordeste do Brasil.
- Conclui, ao final, que:
- Não se deve dispensar a licitação do no caso, pois seria contrário ao interesse público.
- Na licitação deve-se utilizar o parâmetro de 0,22% para os estudos a serem realizados pelo Tribunal, antes de definir remunerações mínimas admitidas na licitação.
- O CNJ deve viabilizar a normatização dos procedimentos de gestão a serem seguidos pelos órgãos do Poder Judiciário na administração de seus depósitos judiciais e administrativos, tendo em vista os prejuízos que se tem constatado nas negociações encetadas com entidades financeiras sem critérios pormenorizados, especialmente no que tange às taxas de remuneração aplicáveis, embora cada qual se insira em realidades muito parecidas e passíveis de ação regulatória no CNJ.
- Neste mesmo sentido, o relator do PCA 0007034-41.2009.2.00.0000, Conselheiro Walter Nunes, encaminhou cópia da decisão proferida à Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas para a realização de estudos visando à uniformização de tratamento, em todo o Poder Judiciário, do serviço de gestão de depósitos judiciais.

Em 13.01.2012, o Tribunal de Alagoas peticionou para informar que foi publicado o aviso de edital, com realização do certame em 16.02.2012 (INF95).

É o relatório.

Pelos fundamentos trazidos pela Secretaria de Controle Interno, acolho integralmente o seu parecer, **rejeito o pedido de embargos de declaração**, seja pela inexistência das referidas omissões e obscuridades, seja pela inexistência de previsão regimental de tal recurso, seja em razão do que dispõe o §6º do art. 115.

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por NEY JOSÉ DE FREITAS em 23 de Março de 2012 às 14:42:20



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **50663**



120328145430000000000000049955